

MUDANÇAS NAS PROPOSTAS OFICIAIS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS: DOS PCN A BNCC

NILZA TERESINHA RIBEIRO XAVIER¹; ANTONIO MAURICIO MEDEIROS ALVES²

¹PPGECM – UFPEL – nilzarixavier@gmail.com

²UFPEL – alves.antoniomauricio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo contempla uma proposta de pesquisa documental que pretende responder a seguinte questão: quais as principais mudanças que se verificam nas propostas oficiais para o ensino de Matemática nos anos iniciais entre 1997 e 2018?

Este estudo tem como objetivo geral compreender a trajetória do Ensino de Matemática para os anos iniciais nas propostas oficiais no período de 1997 a 2018. Os objetivos específicos que direcionam este inventário são:

- relacionar as propostas analisadas com o contexto histórico de sua construção;
- verificar as abordagens teóricas das propostas oficiais para o ensino de matemática nos anos iniciais;
- comparar aspectos analisados de cada proposta oficial;
- evidenciar, a partir da análise desses documentos, suas possíveis consequências para o ensino e a aprendizagem de Matemática nos anos iniciais.

O pano de fundo deste estudo é o contexto político e econômico do Brasil, que tem se alterado drasticamente nas duas últimas décadas, sendo que a área da Educação é estratégica para atender o interesse dos mercados internacionais responsáveis por muitos dos recursos que financiam os programas educacionais brasileiros. Desse modo, muitas são as influências externas sofridas pelos currículos das escolas e, em particular, nesta pesquisa são analisadas as propostas oficiais que normatizam os currículos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No processo de busca de referências sobre o tema pesquisado, destaca-se a importância da realização de um inventário que trace um panorama sobre o que se acumulou de conhecimento através de diferentes pesquisas e um mapeamento a fim de estabelecer uma relação direta do assunto em questão com o objeto de estudo proposto.

O presente estudo baseia-se na legislação e propostas oficiais para a Educação Matemática nos anos iniciais, análise de resumos de dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em revistas científicas.

Nesse processo, considera-se a relevância da relação existente entre o momento histórico e cada legislação que sustenta os referenciais. Observou-se que os autores trazem em seus textos a percepção de que as propostas curriculares perpassam por relações de poder e alguns questionam a real necessidade e contribuição desses referenciais.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, este estudo de abordagem qualitativa e documental, busca analisar as mudanças mais significativas dessas propostas para o ensino

de matemática nos anos iniciais e encaminha-se por uma perspectiva mais interpretativa e construtivista.

O método utilizado para a análise desse documento será a análise documental, seguida da análise de conteúdo. Através da análise documental esta pesquisadora pretende reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fatos ou fenômenos, sintetizar informações e perceber tendências (BOGDAN E BIKLEN, 1994).

Este texto irá abordar as primeiras leituras sobre a Matemática nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos vinte anos, muitas foram as pesquisas relacionadas aos estudos curriculares em Educação Matemática no Brasil. O recorte temporal desta pesquisa abrange os anos de 1997 a 2019. O primeiro marco refere-se a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e o segundo à implementação da Base Nacional Comum Curricular. Nessa perspectiva, pretende-se analisar outros documentos, também importantes para esta pesquisa, tais como os referentes à Matemática do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), produzidos em 2013, bem como os materiais produzidos em 2014, que apresentaram como principal pressuposto a Alfabetização Matemática na perspectiva do Letramento.

Num primeiro momento do desenvolvimento do estudo, foram realizadas leituras gerais acerca dos PCN e da BNCC, dessa forma, problematizam-se, a seguir, algumas questões acerca desses documentos.

No final da década de 1990 foram apresentados às escolas e a toda sociedade brasileira os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Alguns fatores foram determinantes para o seu surgimento, dentre esses a inexistência de propostas governamentais concretas para a educação e capazes de mobilizar a sociedade, a economia mundial em queda, exigindo da educação outros comportamentos, características e atitudes (NAGEL 1992).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgiram tomando como referência novos padrões de conteúdos mínimos e competências básicas a serem implementadas através da parceria entre os sistemas de ensino municipal, estadual e federal. Junto com a Constituição de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 1998¹, os PCN vieram reformar o ensino em todo o território nacional, com o intuito de melhorar a qualidade da educação básica no país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais adotam a proposta de estruturação por ciclos, pelo reconhecimento de que tal proposta permite compensar a pressão do tempo que é inerente à instituição escolar, tornando possível distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem.

Sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, homologada em 20 de dezembro de 2017, trata-se de um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos

¹ As Diretrizes Curriculares Nacionais são um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas e têm origem na Lei 9.394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32621-cne-sintese-das-diretrizes-curriculares-da-educacao-basica-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 jun. 2019.

devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica para que sejam assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017).

A ideia de uma Base Comum Curricular já existe desde a promulgação da Constituição de 1988 que, em seu artigo 210, prevê uma grade de conteúdos fixos a serem estudados no Ensino Fundamental visando assegurar a formação básica comum (Brasil, 1998). Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) promulgou novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e em 2014, a Lei 13.005 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de, através de um pacto entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, implantar diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos (Brasil, 2014).

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares passam a ter a tarefa de construir currículos baseados nas aprendizagens essenciais estabelecidas pelo documento.

Segundo a BNCC os direitos de aprendizagem são expressos em dez competências gerais, que orientam o desenvolvimento escolar dos estudantes em todas as fases da Educação Básica, destacando os aspectos cognitivos e os aspectos socioafetivos, com vistas à formação de cidadãos engajados na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A Base Nacional Comum Curricular afirma, de maneira explícita, o seu comprometimento com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva (BRASIL, 2017, p. 14).

Na BNCC, os direitos de aprendizagem desviam o enfoque das políticas educacionais para o trabalho dos professores, que passam a ser responsabilizados pelo insucesso diagnosticado nas avaliações externas censitárias.

Portanto, os direitos de aprendizagem podem servir a diferentes políticas educacionais, inclusive as mais radicais, que defendem as formas de controle do trabalho docente.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho, recentemente qualificado, buscará contemplar produções acerca das políticas públicas e currículo e deverá, juntamente com os dados coletados, dar subsídios para a compreensão do objeto de pesquisa.

A BNCC apresenta como proposta enfrentar as desigualdades educacionais, mas em seus objetivos não explícitos percebe-se o reforço das mesmas e, acredita-se que, mais uma vez, os professores serão culpabilizados pelo fracasso escolar, numa lógica de responsabilização unilateral, que tem marcado as políticas educacionais neoliberais utilizadas para implantar a lógica empresarial nas unidades escolares.

No decorrer desta pesquisa pretende-se, então, analisar a trajetória da Educação Matemática, através do estudo das propostas oficiais para o ensino de Matemática nos anos iniciais entre 1997 e 2018, considerando o movimento curricular decorrente do processo de globalização, como também as políticas de tendência neoliberal priorizadas no sistema educacional, que repercutem inclusive nas políticas educativas e, consequentemente, nos referenciais curriculares.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.
- NAGEL, Lizia Helena. **A crise da sociedade e da educação.** Revista Apontamentos – UEM, nº.9, 1992.